



Balanço Financeiro Notas Explicativas

Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – FUNDO DE SAÚDE – PE
EXERCÍCIO: 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução, bem como foram criados “novos”



demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2021 observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 3.726.465,49 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 2.645.633,05 RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 1.165.435,30 SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 1.233.695,18. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 7.800.938,06, PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 598.318,46 SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$ 371.972,42.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

MARIA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO

Secretária de Saúde

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Asses em: <https://tce.tce.pe.gov.br/validar>
Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5



a) Informações Gerais:

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.111.921/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/02/1993
NOME EMPRESARIAL FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEREZINHA-PE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEREZINHA-PE			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal			
LOGRADOURO R AGAMENON MAGALHAES	NÚMERO 25-A	COMPLEMENTO *****	
CEP 55.305-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TEREZINHA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO smsterezinha@hotmail.com		TELEFONE (87) 3792-1177/ (87) 3792-1123	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE TEREZINHA			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/02/1993	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 2

ISOLADO:3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		3.726.465,41	0,00	DESPA ORÇAMENTÁRIA		7.800.938,06	0,00
TESOURO		1.899.793,26	0,00	TESOURO		3.836.624,87	0,00
GERAL		3.276,54	0,00	SAUDE-COVID-19		209.986,30	0,00
ORDINARIO		31.692,00	0,00	SAÚDE-GERAL		3.626.638,57	0,00
SAUDE-COVID-19		72.297,71	0,00	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>3.964.313,19</u>	<u>0,00</u>
SAÚDE-GERAL		1.776.488,86	0,00	SAÚDE		5.180,10	0,00
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		16.038,15	0,00	SAUDE-COVID-19		267.256,97	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>1.826.672,15</u>	<u>0,00</u>	SAÚDE-GERAL		3.691.876,12	0,00
SAÚDE		27.186,45	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
SAÚDE-GERAL		1.799.485,70	0,00	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.645.633,05	0,00	<u>ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>2.645.633,05</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
REPASSE RECEBIDO		2.645.633,05	0,00	<u>EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		598.318,46	0,00
<u>RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>39.508,44</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		1.165.435,30	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		4.267,80	0,00
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>599.110,68</u>	<u>0,00</u>	RP PROCESSADOS PAGOS		35.240,64	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		10.000,00	0,00	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>558.810,02</u>	<u>0,00</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		589.110,68	0,00	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		2.783,00	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>566.324,62</u>	<u>0,00</u>	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		196.566,17	0,00
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		2.865,00	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		225.928,75	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		192.724,23	0,00	ISS		1.882,30	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		227.492,07	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		71.497,10	0,00
ISS		1.882,30	0,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE		591,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		74.029,82	0,00	CLASSES			
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		2.561,00	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		59.561,70	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		64.770,20	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		371.972,42	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		1.233.695,18	0,00	<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>371.972,42</u>	<u>0,00</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>1.233.695,18</u>	<u>0,00</u>	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		16.910,20	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		6.086,50	0,00	CONTA ÚNICA		355.062,22	0,00
CONTA ÚNICA		1.227.608,68	0,00	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
				TOTAL		8.771.228,94	0,00

MARIA APARECIDA S. CORDEIRO DE CARVALHO
 SECRETARIA DE SAÚDE
 173.038.238-08

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 765.814.974-87

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
 Acesso em: https://etce.fce.pe.gov.br/gnp/vvalidaDoc.ssam Código do documento: aa577b75-5582-4bae-8585-151e75072e5

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



2 de 2

ISOLADO:3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>				
TOTAL		8.771.228,94	0,00				

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
 Acesso em: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: aa577b75-5582-4bae-8588-151e75072be5

 MARIA APARECIDA S. CORDEIRO DE CARVALHO
 SECRETARIA DE SAÚDE
 173.038.238-08

 EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

 ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 765.814.974-87

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 de 1

ISOLADO:3 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEREZINHA PE

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOIRO	1.899.793,26	0,00	1.899.793,26	2.968.946,28	0,00	2.968.946,28
1 ORDINARIO	31.692,00	0,00	31.692,00	0,00	0,00	0,00
110 GERAL	3.276,54	0,00	3.276,54	0,00	0,00	0,00
300 SAÚDE			0,00	8.400,00		8.400,00
310 SAÚDE-GERAL	1.776.488,86	0,00	1.776.488,86	1.684.423,00	0,00	1.684.423,00
311 SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16.038,15	0,00	16.038,15	17.404,82	0,00	17.404,82
312 SAUDE-COVID-19	72.297,71	0,00	72.297,71	1.258.718,46	0,00	1.258.718,46
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADO	1.826.672,15	0,00	1.826.672,15	2.625.413,00	0,00	2.625.413,00
S						
300 SAÚDE	27.186,45	0,00	27.186,45	19.486,15	0,00	19.486,15
310 SAÚDE-GERAL	1.799.485,70	0,00	1.799.485,70	2.605.926,85	0,00	2.605.926,85
TOTAL	3.726.465,41	0,00	3.726.465,41	5.594.359,28	0,00	5.594.359,28

MARIA APARECIDA S. CORDEIRO DE CARVALHO
SECRETARIA DE SAÚDE
173.038.238-08

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87





b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade: continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		3.726.465,41	0,00
<u>TESOURO</u>		<u>1.899.793,26</u>	<u>0,00</u>
GERAL		3.276,54	0,00
ORDINÁRIO		31.692,00	0,00
SAÚDE-COVID-19		72.297,71	0,00
SAÚDE-GERAL		1.776.488,86	0,00
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		16.038,15	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>1.826.672,15</u>	<u>0,00</u>
SAÚDE		27.186,45	0,00
SAÚDE-GERAL		1.799.485,70	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.645.633,05	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>2.645.633,05</u>	<u>0,00</u>
REPASSO RECEBIDO		2.645.633,05	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		1.165.435,30	0,00
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>599.110,68</u>	<u>0,00</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		10.000,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		589.110,68	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>566.324,62</u>	<u>0,00</u>
ASSISTÊNCIA A SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		2.865,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		192.724,23	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		227.492,07	0,00
ISS		1.882,30	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		74.029,82	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		2.561,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		64.770,20	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		1.233.695,18	0,00
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>1.233.695,18</u>	<u>0,00</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		6.086,50	0,00
CONTA ÚNICA		1.227.608,68	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL		8.771.228,94	0,00

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 3.726.465,41.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 2.645.633,05.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 1.165.435,30, sendo R\$ 566.324,62, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 599.110,68 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 1.233.695,18.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		7.800.938,06	0,00
<u>TESOURO</u>		<u>3.836.624,87</u>	<u>0,00</u>
SAÚDE-COVID-19		209.986,30	0,00
SAÚDE-GERAL		3.626.638,57	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>3.964.313,19</u>	<u>0,00</u>
SAÚDE		5.180,10	0,00
SAÚDE-COVID-19		267.256,97	0,00
SAÚDE-GERAL		3.691.876,12	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		598.318,46	0,00
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>39.508,44</u>	<u>0,00</u>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		4.267,80	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		35.240,64	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>558.810,02</u>	<u>0,00</u>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		2.783,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		196.566,17	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		225.928,75	0,00
ISS		1.882,30	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		71.497,10	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		591,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		59.561,70	0,00
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		371.972,42	0,00
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>371.972,42</u>	<u>0,00</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		16.910,20	0,00
CONTA ÚNICA		355.062,22	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL		8.771.228,94	0,00

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 7.800.938,06.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 598.318,46. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 39.508,44, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 558.810,02.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 371.972,42 Estes valores encontram-se na linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
0,00	0,00



G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com as contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPAP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo			



4	oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e evidenciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimento e evidenciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			

Documento de Registro de OBRIGACIONES PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP
 Acesse em: <https://gce.fce.de.pe.gov.br/ep/validarDoc.seam?codigoDoc=516750>



SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

TEREZINHA, 31 de dezembro de 2021.

MARIA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO
SERC. DE SAÚDE

Eder Marcone Vieira
Contador
CRC/PE nº 027904/0-8

Documento assinado digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5



Balanço Financeiro Notas Explicativas

Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PE
EXERCÍCIO: 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072bc5

demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2021 observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 443.105,23, TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 625.721,63 RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 1167.999,28 SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 1.233.695,18. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 1.146.188,23, PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 95.310,51 SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$ 52.965,37.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

JOSÉ AILSON SOUZA SILVA
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 2

ISOLADO:4 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		443.105,23	564.079,63	DESPA ORÇAMENTÁRIA		1.146.188,23	1.202.685,84
<u>TESOURO</u>		<u>328.918,66</u>	<u>395.103,64</u>	<u>TESOURO</u>		<u>762.533,25</u>	<u>764.835,13</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL		165.385,07	41.645,42	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		762.533,25	764.835,13
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		163.399,00	295.322,00	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>383.654,98</u>	<u>437.850,71</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.		82,02	0,00	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		383.654,98	437.850,71
GERAL		52,57	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	6.000,00
ORDINARIO		0,00	58.136,22	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>114.186,57</u>	<u>168.975,99</u>	<u>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL		114.186,57	168.975,99	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		625.721,63	507.330,52	<u>PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>625.721,63</u>	<u>507.330,52</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
REPASSE RECEBIDO		625.721,63	507.330,52	<u>PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO</u>		<u>0,00</u>	<u>6.000,00</u>
<u>ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>6.000,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	REPASSE CONCEDIDO		0,00	6.000,00
<u>RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		95.310,51	74.030,03
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>15.487,23</u>	<u>30.863,18</u>
<u>RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		6.107,10	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		167.999,28	207.306,45	RP PROCESSADOS PAGOS		9.380,13	30.863,18
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>100.065,63</u>	<u>130.593,32</u>	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>79.823,28</u>	<u>43.166,85</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	18.766,69	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		25.225,53	20.040,67
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		100.065,63	111.826,63	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		11.063,47	17.497,60
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>67.933,65</u>	<u>76.713,13</u>	ISS		380,20	1.671,49
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		40.107,75	42.620,17	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		41.868,85	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		11.063,47	15.116,56	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		226,41	2.973,90
ISS		380,20	631,70	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.058,82	983,19
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		15.097,00	14.161,20	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		52.965,37	57.637,97
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		226,41	3.200,31	<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>52.965,37</u>	<u>57.637,97</u>
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.058,82	983,19	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		152,40	60,02
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		57.637,97	61.637,24	CONTA ÚNICA		52.812,97	57.577,95
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>57.637,97</u>	<u>61.637,24</u>	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		60,02	93,21	TOTAL		1.294.464,11	1.340.353,84
CONTA ÚNICA		57.577,95	61.544,03				
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>				
TOTAL		1.294.464,11	1.340.353,84				

JOSÉ AILSON SOUZA SILVA
 SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL
 275.512.428-80

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 765.814.974-87

FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



2 de 2

ISOLADO:4 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesso em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bae-8588-151e75072be5

JOSÉ AILSON SOUZA SILVA
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL
275.512.428-80

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87

FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 de 1

ISOLADO:4 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEREZINHA

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOURO	328.918,66	0,00	328.918,66	395.103,64	0,00	395.103,64
1 ORDINARIO			0,00	58.136,22		58.136,22
110 GERAL	52,57	0,00	52,57	0,00	0,00	0,00
500 ASSISTÊNCIA SOCIAL	165.385,07	0,00	165.385,07	41.645,42	0,00	41.645,42
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	163.399,00	0,00	163.399,00	295.322,00	0,00	295.322,00
511 ASSISTÊNCIA SOCIAL-REMUN.APLIC.FINANC.	82,02	0,00	82,02	0,00	0,00	0,00
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	114.186,57	0,00	114.186,57	168.975,99	0,00	168.975,99
500 ASSISTÊNCIA SOCIAL	114.186,57	0,00	114.186,57	168.975,99	0,00	168.975,99
TOTAL	443.105,23	0,00	443.105,23	564.079,63	0,00	564.079,63

JOSÉ AILSON SOUZA SILVA
SECRETARIO DE ASSISTENTE SOCIAL
275.512.428-80

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87





b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade: continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 110/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		1.146.188,23	1.202.686,88
TESOURO		762.533,25	764.831,10
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		762.533,25	764.831,10
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		383.654,98	437.851,77
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		383.654,98	437.851,77
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		0,00	6.000,00
REPASSE CONCEDIDO		0,00	6.000,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		95.310,51	74.034,00
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		15.487,23	30.861,10
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		6.107,10	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		9.380,13	30.861,10
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		79.823,28	43.169,90
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		25.225,53	20.047,75
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		11.063,47	17.491,75
ISS		380,20	1.672,40
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		41.868,85	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		226,41	2.979,90
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.058,82	988,88
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		52.965,37	57.637,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		52.965,37	57.637,97
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		152,40	6.570,25
CONTA ÚNICA		52.812,97	57.571,95
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		1.294.464,11	1.340.353,84

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 443.105,23.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 625.721,63.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 167.999,28, sendo R\$ 67.933,65, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 100.065,63 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 57.637,97.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		1.146.188,23	1.202.685,84
TESOURO		762.533,25	764.835,13
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		762.533,25	764.835,13
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		383.654,98	437.850,71
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		383.654,98	437.850,71
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	6.000,00
REPASSE CONCEDIDO		0,00	6.000,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		95.310,51	74.030,03
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		15.487,23	30.863,18
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		6.107,10	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		9.380,13	30.863,18
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		79.823,28	43.166,85
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		25.225,53	20.040,67
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		11.063,47	17.497,60
ISS		380,20	1.671,49
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		41.868,85	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		226,41	2.973,90
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.058,82	983,19
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		52.965,37	57.637,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		52.965,37	57.637,97
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		152,40	60,02
CONTA ÚNICA		52.812,97	57.577,95
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		1.294.464,11	1.340.353,84

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 1.146.188,23.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 95.310,51. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 15.487,23, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 79.823,28.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 52.965,37 Estes valores encontram-se na linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
0,00	0,00



G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com as contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída



1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída
---	--	------------------------	------------	-----------

TEREZINHA, 31 de dezembro de 2021.

**JOSÉ AILSON SOUZA DA SILVA
SERC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Eder Marccone Vieira
Contador
CRC/PE nº 027904/0-8

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5



Balanço Financeiro Notas Explicativas

Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – FUNDO DE EDUCAÇÃO – PE
EXERCÍCIO: 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 110 de 09 de dezembro de 2020, bem como foram criados “novos”



demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2021, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 7.767.216,16, TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 1.671.317,87 RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 1.021.040,00 SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$ 397.186,43. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 9.099.676,66 TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS R\$ 0,0, PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 1.190.953,92, SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE R\$ 566.136,26.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

KARLA SIMONI DE CARVALHO CADENGUE
SEC EDUCAÇÃO

Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO VARRAS NETO, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?Codigo_documento:aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5



a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Assistência Social
Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Getúlio Vargas, S/N – CEP: 55305-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2615102
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124.4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2020 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 671 de 17 de outubro de 2019 (LOA para o ano de 2020)
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Terezinha; 2) Prefeitura Municipal de Terezinha; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Instituto de Previdência Próprio dos Servidores Municipais de Terezinha - PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Matheus Emídio de Barros Calado. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: Eliezer Oliveira de Carvalho. CPF: 765.814.974-87 E-mail: Eliezer_oliveira1@hotmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: JORDALINO CAVALCANTE NETO
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://terezinha.pe.gov.br/transparencia

FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 2

ISOLADO:6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		7.767.216,16	0,00	DESPA ORÇAMENTÁRIA		9.099.676,67	0,00
TESOURO		624.624,70	0,00	TESOURO		963.702,36	0,00
EDUCAÇÃO		612.101,14	0,00	ENSINO FUNDAMENTAL		963.702,36	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		3.300,58	0,00	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO ESTADUAIS-VINCULADOS		95.550,58	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		9.222,98	0,00	EDUCAÇÃO		95.550,58	0,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		7.142.591,46	0,00	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		8.040.423,73	0,00
EDUCAÇÃO		455.273,42	0,00	EDUCAÇÃO		435.878,33	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		6.687.318,04	0,00	EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		4.799.935,05	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS				EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		2.804.610,35	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.671.317,87	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.671.317,87	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		1.671.317,87	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		1.190.953,92	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		1.021.046,39	0,00	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		205.874,40	0,00
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		142.792,88	0,00	RP NÃO PROCESSADOS		205.874,40	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		5.657,54	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS			0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		137.135,34	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		985.079,52	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		878.253,51	0,00	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		3.772,00	0,00
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		3.197,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		101.906,85	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		176.622,95	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		130.354,39	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		133.742,36	0,00	ISS		3.177,95	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.302,50	0,00	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		255.652,71	0,00
ISS		3.216,25	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		207.281,30	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		12.261,94	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		282.934,32	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		1.200,00	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		566.136,26	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		240.320,34	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		566.136,26	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		304.390,17	0,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		46.960,76	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		397.186,43	0,00	CONTA ÚNICA		519.175,50	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		397.186,43	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		40.592,19	0,00	TOTAL		10.856.766,85	0,00
CONTA ÚNICA		356.594,24	0,00				

KARLA SIMONI DE CARVALHO CADENGUE
 SEC EDUCAÇÃO
 826.041.854-15

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 765.814.974-87

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
 Acesso em: https://etce.tce.pe.gov.br/gnp/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=577675-5582-4bae-8586-15167f0720e5

FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



2 de 2
 Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA. MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
 Acesso em: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: aa577b75-5582-4bae-8588-151e75072be5

ISOLADO:6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>				
TOTAL		10.856.766,85	0,00				

 KARLA SIMONI DE CARVALHO CADENGUE
 SEC EDUCAÇÃO
 826.041.854-15

 EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

 ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 765.814.974-87

FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 de 1

ISOLADO:6 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TEREZINHA

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOURO	624.624,70	0,00	624.624,70	248.533,60	0,00	248.533,60
121 REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			0,00	518,43		518,43
200 EDUCAÇÃO	612.101,14	0,00	612.101,14	247.950,00	0,00	247.950,00
211 EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA	9.222,98	0,00	9.222,98	0,00	0,00	0,00
241 EDUCAÇÃO ESPECIAL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA	3.300,58	0,00	3.300,58	65,17	0,00	65,17
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADO	7.142.591,46	0,00	7.142.591,46	5.895.320,03	0,00	5.895.320,03
S						
200 EDUCAÇÃO	455.273,42	0,00	455.273,42	5.410.539,43	0,00	5.410.539,43
251 EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO	6.687.318,04	0,00	6.687.318,04	484.780,60	0,00	484.780,60
TOTAL	7.767.216,16	0,00	7.767.216,16	6.143.853,63	0,00	6.143.853,63

KARLA SIMONI DE CARVALHO CADENGUE
SEC EDUCAÇÃO
826.041.854-15

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87





b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade: continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		7.767.216,16	0,00
<u>TESOURO</u>		<u>624.624,70</u>	<u>0,00</u>
EDUCAÇÃO		612.101,14	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		3.300,58	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		9.222,98	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>7.142.591,46</u>	<u>0,00</u>
EDUCAÇÃO		455.273,42	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		6.687.318,04	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.671.317,87	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>1.671.317,87</u>	<u>0,00</u>
REPASSE RECEBIDO		1.671.317,87	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		1.021.046,39	0,00
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>142.792,88</u>	<u>0,00</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		5.657,54	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		137.135,34	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>878.253,51</u>	<u>0,00</u>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		3.197,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		176.622,95	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		133.742,36	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.302,50	0,00
ISS		3.216,25	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		12.261,94	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		1.200,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		240.320,34	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		304.390,17	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		397.186,43	0,00
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>397.186,43</u>	<u>0,00</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		40.592,19	0,00
CONTA ÚNICA		356.594,24	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://tce.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 7.767.216,16.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 1.671.317,87.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 1.021.046,39, sendo R\$ 878.253,51, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 142.792,88 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 397.186,43.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		9.099.676,67	0,00
<u>TESOURO</u>		963.702,36	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL		963.702,36	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS</u>		95.550,58	0,00
EDUCAÇÃO		95.550,58	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		8.040.423,73	0,00
EDUCAÇÃO		435.878,33	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		4.799.935,05	0,00
EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		2.804.610,35	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		1.190.953,92	0,00
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		205.874,40	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		205.874,40	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		985.079,52	0,00
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		3.772,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		101.906,85	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		130.354,39	0,00
ISS		3.177,95	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		255.652,71	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		207.281,30	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		282.934,32	0,00
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		566.136,26	0,00
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		566.136,26	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		46.960,76	0,00
CONTA ÚNICA		519.175,50	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		0,00	0,00
TOTAL		10.856.766,85	0,00

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 9.099.676,67.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 1.190.953,92. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 205.874,40, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 985.079,52.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 566.136,26 Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
0,00	0,00



G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com as contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída



1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída
---	--	------------------------	------------	-----------

TEREZINHA, 31 de dezembro de 2021.

KARLA SIMONI DE CARVALHO CADENGUE
SEC EDUCAÇÃO

Eder Marccone Vieira
Contador
CRC/PE nº 027904/0-8

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: aa577b75-5582-4bac-8588-151e75072be5